

DIREITOS HUMANOS

# Uruguaia sequestrada reconhece ex-agente

Juiz põe frente a frente personagens de episódio da Operação Condor

**Lucas Azevedo**  
ESPECIAL PARA O ESTADO  
PORTO ALEGRE

Uma audiência ontem no Foro Central de Porto Alegre colocou frente a frente a militante de esquerda uruguaia Lilian Celiberti e João Augusto Rosa, um ex-policial civil que ela identifica como integrante da equipe do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) gaúcho que a sequestrou, em novembro de 1978, e entregou para o Exército do Uruguai. Esse foi um dos episódios mais conhecidos acerca da Operação Condor – aliança político-militar entre as ditaduras latino-americanas que teria coordenado a repressão aos opositores dos regimes. Cercado pela imprensa, o ex-agente negou que a tivesse encontrado alguma vez na vida: “Só a conhecia por fotos.”

O motivo da audiência é uma ação por danos morais que o ex-policial, que pertenceu à equipe do delegado Pedro Seelig – principal nome da repressão no Sul do País durante a ditadura –, move contra o jornalista Luiz Cláudio Cunha. Autor do livro *Operação Condor: O Sequestro*

*dos Uruguaios*, lançado em 2008 pela editora L&PM, Cunha relatou a história do sequestro de Lilian, seus dois filhos e Universindo Diaz, ocorrido na capital gaúcha. Na obra, Cunha relata o momento em que, a partir de uma denúncia anônima, descobriu o primeiro caso relatado da Operação Condor. Na ocasião, o ex-policial teria apontado uma arma para a cabeça do jornalista, da sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul, na porta do apartamento onde Lilian era mantida refém dos militares.

## Ex-policial move ação contra autor de livro por danos morais

O ex-agente, juntamente com o escrivão Orandir Portassi Lucas, o ex-jogador de futebol Didi Pedalada, foi reconhecido por Cunha e pelo fotógrafo J.B. Scalco ao longo de 1979, em uma busca pela identificação dos homens que mantinham a uruguaia em cárcere.



REENCONTRO – Lilian observa acusado de seu sequestro: ‘Eu queria que ele visse que não vou me calar’

Em 1980, os policiais foram condenados pela Justiça por abuso de autoridade, mas recorreram e acabaram inocentados em 1983, por falta de provas.

**TORTURA**  
Após olhá-lo por cinco segundos, Lilian reconheceu o ex-policial como um dos integrantes da equipe que a manteve presa por uma semana no apartamento da Rua Botafogo, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre. “Conheço ele do sequestro, não da tortura que sofri. Ele estava no traslado na noite de 12 de novembro de 1978 em que,

junto com o Didi Pedalada, levou eu e meus dois filhos à frente para sermos entregues ao Exército uruguaio”, disse. “Fizemos uma ação não para receber dinheiro, mas porque ele me chamou de medíocre no livro, disse que tenho focinho. Quem tem focinho é animal”, reagiu o ex-policial. O seu advogado, Newton Jan-cowsky, disse que a militante de esquerda teria mentido para aproveitar a presença maciça da imprensa na audiência. “Ela recebeu uma indenização muito boa do Estado, obviamente jamais iria se posicionar de ma-

neira contrária.” “Querida que ele visse que eu não vou calar a boca. Não calei durante a ditadura, imagina agora que estou protegida”, rebateu Lilian, ao explicar a demora de cinco segundos para dizer se o conhecia. Em março, o juiz titular pela 18ª Vara Cível de Porto Alegre dará a sentença no caso, contra a qual caberá recurso. “Queremos que o autor es-queça o meu cliente nas próximas edições ou coloque uma linha que seja dizendo que ele foi absolvido na época”, insistiu o advogado. ●

## Senado quer ouvir Jobim e Vannuchi sobre polêmica

BRASÍLIA

Os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para falar sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. Como convidados, os ministros têm a prerrogativa de não comparecer à audiência. Divulgado em dezembro, o plano foi duramente criticado por diversos setores da sociedade – como militares, Igreja e ruralistas, entre outros. Além de Jobim, outro ministro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Reinhold Stephanes, da Agricultura, criticou publicamente o projeto. Com isso, se abriu uma crise institucional dentro do governo.

O temor dos militares era de que a Comissão da Verdade, que, segundo o plano, deve ser criada para esclarecer casos de desaparecidos políticos durante a ditadura militar, tivesse caráter “revanchista”. Pelo decreto, a Lei de Anistia poderia ser praticamente revogada. Para resolver a crise entre os dois ministros, Vanucci e Jobim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou novo decreto no qual a expressão “repressão”, que consta no decreto anterior, foi retirado. Além disso, recuou em vários pontos. “Com a realização desta audiência pública, esperamos que sejam prestados aos senadores e demais cidadãos brasileiros os devidos esclarecimentos sobre os efeitos reais deste decreto e qual a importância deste para o aprimoramento dos direitos humanos no Brasil”, afirma o requerimento aprovado pela comissão do Senado. ●

QUAL É O VALOR DO CONHECIMENTO?

O conhecimento é o princípio da prudência.

José Carlos Altrão  
josealtrao@msn.com  
Várzea Grande - Mato Grosso

Muita gente está dando valor ao conhecimento.

E você? Assine :  
estadao.com.br/assine  
0800 014 9000

amplie questione atualize seu conhecimento  
O ESTADO DE S. PAULO